



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001218-70.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **Wander Kazumi Okumura**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Wander Kazumi Okumura move ação contra DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER e DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO pedindo (a) em caráter provisório a suspensão, e em caráter definitivo a anulação do processo administrativo de cassação do direito de dirigir, em trâmite no DETRAN (b) a anulação do processo administrativo que teve origem no auto de infração n. 1G914577-2, em tramite no DER.

Liminar indeferida.

Contestações apresentadas.

Houve réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Improcede a ação.

No que toca ao processo administrativo no DER, deflagrado a partir do Auto de Infração nº 1G914577-2, não há nulidade a proclamar.

O erro material relativo à grafia do nome do autor não tem o condão de invalidar o auto de infração, se não há dúvida – e de fato não há - da pessoa a quem está fazendo referência o documento, que era de fato o autor.

Note-se que apesar de o autor ter se recusado a assinar o auto de infração (consoante assinalado no próprio auto, fl. 11: este o motivo pelo qual não consta do referido documento a sua assinatura), não aportou aos autos qualquer prova ou indício capaz de reverter a presunção de veracidade do ato administrativo atestado pelo agente público, de que o autor estava conduzindo o automóvel na data e circunstâncias lançadas no documento público.

A tipificação, por outro lado, não estava equivocada porque, como vemos à fl. 13, realmente a validade da CNH do autor de fato expirou em 16.03.2015, só por isso (independentemente de eventual suspensão) não poderia estar conduzindo o automóvel em 27.06.2015, data da infração autuada pelo DER.

No que toca ao processo administrativo de cassação do direito de dirigir, em andamento no DETRAN, também não há nulidade a proclamar.

Ora, ao tomar conhecimento de que o autor estava conduzindo o automóvel em 27.06.2015, o DETRAN, em ato administrativo diverso daquele do DER, concluiu (corretamente) que o autor estava praticando outra infração, a de conduzir o automóvel no curso da suspensão, o que deu ensejo ao processo administrativo para a cassação da CNH.

Vejamos agora a questão relativa à violação ao devido processo legal.

O autor, após notificado da instauração do procedimento (fl. 33), apresentou defesa (fls. 18/31), na qual, em síntese, defende-se de supostas inconsistências e irregularidades existentes no auto de infração lavrado pelo DER ou no procedimento interno do DER.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Singelamente indeferida a defesa (fl. 40), houve a interposição de recurso à JARI (fls. 43/49), ao qual foi negado provimento (fls. 53) sob o fundamento de que "em seu recurso [o ora autora] faz alegações quanto ao mérito da infração o que não cabe a esta etapa do processo, sendo assim indefiro o pedido mantendo-se a penalidade". Novo recurso foi interposto (fls. 56/64) e antes de ser julgado a autoridade converteu o julgamento em diligência para que viesse aos autos cópia do auto de infração, que foi juntado (fl. 77), após o que o recurso foi imediatamente apreciado, negando-se-lhe provimento (fls. 80/81).

Com a devida vênia ao demandante, no presente caso não havia qualquer necessidade de, após a juntada do auto de infração, dar-se vista ao ora autor para manifestar-se. Isto porque cópia do referido documento, extraída diretamente do site do DER, já havia constado das razões do próprio recurso pelo autor interposto ao CETRAN, veja-se fl. 62. Não se tratava de contraditório útil nesse caso.

No mais, também não há vício nas fundamentações porque, embora sucintas, são precisas e estão corretas. No processo de suspensão do direito de dirigir a defesa cabível não pode ter por objeto falhas relativas à infração de trânsito que foi apurada em outro processo (do DER) nem relativas ao outro procedimento. Poderia o autor atacar de modo fundamentado a própria existência da infração que lhe foi atribuída no processo do DETRAN – conduzir o veículo no período de suspensão -, mas não o fez, nem demonstrou que não era ele quem conduzia o veículo ou que, ao contrário, não estava com a CNH suspensa na ocasião. A referida infração restou comprovada, em procedimento sem mácula.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 17 de abril de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**